

TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - FEVEREIRO - 2008
ANO 14 - NÚMERO 124

Expectativas renovadas

Um novo ano começa e, com ele, chegam novos objetivos e sonhos. Passadas as realizações de 2007, é hora de revigorar o entusiasmo e pensar no que deve ser melhorado. Cumprir novas metas no trabalho? Entrar na faculdade? Voltar para a ginástica? Fazer a tão esperada viagem? Nesta edição, servidores e magistrados contam seus planos para fazer de 2008 um ótimo ano no trabalho e na vida pessoal.

Páginas 6 e 7

ENTREVISTA:

**JUIZ LUIZ CARLOS
AZEVEDO CORRÊA JÚNIOR**
Página 9

EJEF:

**CURSO ATOS DE
COMUNICAÇÃO**
Página 11

Começar de novo exige **esperança renovada**

Orlando Adão Carvalho - *Presidente*

Recomeçar – estamos, novamente, diante dessa possibilidade, ao iniciarmos nova jornada neste ano de 2008. Pensamos que, nesses momentos, é importante buscarmos questões para refletir. Vejam o que nos disse o cientista Albert Einstein: “Há duas formas para viver sua vida. Uma é acreditar que não existe milagre. A outra é acreditar que todas as coisas são um milagre”.

O sentimento de gratidão pela vida exige um olhar atento às coisas belas da vida. Se nos detivermos apenas nos aspectos negativos, não nos restarão motivos para comemorar. Precisamos ver as dificuldades como oportunidades de crescimento ou como desafios a serem enfrentados, como situações a serem revertidas.

Provavelmente, nunca estaremos vivendo em uma situação ideal. A nossa realidade e a nossa condição humana requerem constantes mudanças e melhorias. Isso é comum a todas as nossas esferas de atuação e convivência: tudo está a exigir mais esforços e mais luta.

Com o Poder Judiciário, a situação é a mesma. Voltamos para uma nova etapa de trabalho. Com certeza, a nossa gratificação e contentamento ao final dessa fase serão proporcionais às nossas realizações e dedicação. Nada é tão compensador como a certeza do dever cumprido.

As críticas ao Judiciário e ao serviço público, de um modo geral, continuam freqüentes. No entanto, temos sido brindados também com reconhecimento. Um exemplo disso foi o relatório do Banco Mundial, divulgado em dezembro do ano passado, apontando o árduo trabalho da magistratura brasileira. É óbvio que, se os

juízes estão sobrecarregados, também estão os servidores da Justiça.

O estudo, contendo mais de 200 páginas, comprova que o número de ações julgadas pelo Judiciário brasileiro em 2002, ano de referência para a pesquisa, está fora dos padrões internacionais.

Foram ajuizadas ou sentenciadas, em média, 1.357 ações para cada juiz federal, trabalhista ou estadual em nosso país. No mesmo período, a demanda foi de 875 processos para os juízes argentinos e 377 para os venezuelanos.

A média de ações ou sentenças ajuizadas no Brasil é de 7.171 processos para cada 100 mil habitantes. O valor cai para 2.375 e 2.454 entre os venezuelanos e os salvadorenses, respectivamente.

Na Argentina, o número de processos é 32% superior à média brasileira, mas há, proporcionalmente, o dobro de juízes para atender à demanda. São 10,9 juízes para cada 100 mil habitantes na Argentina; no Brasil, são 5,3 magistrados para cada 100 mil habitantes.

Esses dados podem ser analisados sob vários aspectos. A tendência à jurisdicionalização dos conflitos é evidente, bem como a estrutura deficiente para atender à demanda.

No entanto, podemos também concluir que as pessoas recorrem ao Judiciário e, portanto, confiam na nossa instituição diante da necessidade e urgência para se fazer valer um direito. Isso nos conforta e, ao mesmo tempo, mostra a nossa responsabilidade e a relevância do nosso serviço.

Atodos os magistrados e servidores, nossos votos de ótimo retorno ao trabalho, de paz e sabedoria para assumirmos, juntos, essa nova empreitada.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Presidente: Orlando Adão Carvalho;

1º Vice-Presidente: Isalino Lisbôa;

2º Vice-Presidente: Antônio Hélio Silva;

3º Vice-Presidente: Carreira Machado;

Corregedor-Geral: José Francisco Bueno;

Superintendente de Comunicação: Alexandre

Victor de Carvalho; **Secretário Especial da**

Presidência: Luiz Carlos Elói; **Secretária do**

Presidente: Sidneia Simões; **Assessora de**

Comunicação Institucional: Goretti Paiva;

Gerente de Imprensa: Wilson Menezes;

Jornalista Responsável: Ione Bernadete Dias -

RG n. 1.929/MG; **Revisão:** Regina Marinho e

Rachel Barreto; **Diagramação:** Úrsula Baião;

Arte da capa: Airon Medrado; **Fotolito e**

Impressão: Lastro Editora Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º andar -

Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.gov.br

Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales:

31 3289-2520

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 20 mil exemplares

Participe

Interessados em divulgar notícias no próximo **TJMG Informativo** devem encaminhar o material à Ascom até o dia **11/02/2008**.

Posses

Guilherme Dardanhan



O juiz Rogério Medeiros Garcia de Lima foi promovido, por antiguidade, ao cargo de desembargador do TJMG. Na cerimônia de posse, no dia 24 de janeiro, o magistrado foi agraciado com o Colar do Mérito Judiciário. Ao lado, o presidente do TJMG, Orlando Carvalho, o desembargador Rogério Medeiros e sua mãe, Laís Medeiros.

Guilherme Dardanhan



A Corte Superior do TJMG tem novo membro. O desembargador Fernando Bráulio Ribeiro Terra foi empossado, no dia 9 de janeiro, em sessão no Palácio da Justiça. Ele vai ocupar a vaga do desembargador Schalcher Ventura, que se aposentou.

TJ descarta documentos administrativos

Lorena Campolina

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais doou à Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (Asmare), no dia 17 de janeiro, 2,5 toneladas de papel resultantes do primeiro descarte de documentos administrativos do Tribunal. Os documentos doados serão triturados, obedecendo ao procedimento padrão para garantir a segurança das informações. A cerimônia de realização do primeiro descarte de documentos foi realizada na Coordenação de Arquivo (Coarq) e contou com a participação do gerente de Arquivo e Tratamento da Informação Documental, Júlio César Bandeira de Mello, e da Coordenadora de Arquivo, Guacira de Oliveira.

O procedimento propiciou a eliminação de documentos produzidos e recebidos no TJMG entre 1984 e 2003. Foram descartados documentos relativos ao controle de veículos, material de consumo e diversos manuais de informática, todos com temporalidades cumpridas e sem valor histórico, fiscal ou probatório.

O acervo para o descarte foi avaliado e selecionado de acordo com a Tabela de Classificação e Temporalidade dos Documentos Administrativos do TJMG e normas previstas na Resolução 484/2005 e Portaria-Conjunta 104/2007. A eliminação foi autorizada pelos representantes das unidades administrativas responsáveis pela produção e manutenção dos documentos, pela

Gerência de Arquivo e Tratamento da Informação Documental (Gearq) e pelo desembargador Antônio Hélio Silva, superintendente da Ejef e presidente da Comissão Técnica de Avaliação Documental do TJMG.

O desembargador Antônio Hélio aprovou a iniciativa. "O TJMG ainda não dispõe de norma regulamentadora para eliminação de processos judiciais, entretanto, a médio prazo, com a formação de novos recursos humanos, pretendemos seguir o mesmo caminho dos Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, que já preparam, de forma criteriosa e responsável, os seus primeiros editais de eliminação de processos judiciais."

A Diretora Executiva de Gestão da Informação Documental, Silvana Couto Lessa, destacou que, nesse primeiro procedimento, coube aos servidores da Coordenação de Arquivo a triagem, classificação, avaliação e seleção do acervo a ser descartado. "O ideal é que cada unidade organizacional do TJMG proceda à classificação, avaliação e seleção dos documentos por ela produzidos ou recebidos, o que será facilitado com a implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (Sigid), prevista para maio deste ano."

O TJMG ainda não dispõe de norma regulamentadora para eliminação de processos judiciais, entretanto, a médio prazo, com a formação de novos recursos humanos, pretendemos seguir o mesmo caminho dos Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, que já preparam, de forma criteriosa e responsável, os seus primeiros editais de eliminação de processos judiciais"

O gerente de Arquivo do TJMG, Júlio César Bandeira de Mello, e a coordenadora Guacira de Oliveira, junto ao material doado à Asmare

Guilherme Dardanhan



Migração

Com a eliminação de documentos, o TJMG visa otimizar os recursos físicos utilizados na guarda dos acervos. "Nesse primeiro procedimento, estão sendo desocupadas mais de 400 caixas de arquivo. São aproximadamente 5 mil documentos eliminados, desocupando cerca de 60 metros lineares de prateleiras ou nove estantes", destacou Júlio César.

O objetivo do Programa de Gestão de Documentos do Tribunal é depurar a massa documental acumulada, destruindo o que não tem mais valor, para preservar melhor os documentos com valor de guarda permanente. Segundo Júlio César, a intenção é, a partir de agora, fazer um descarte anual de documentos administrativos cujos prazos estejam vencidos.

PAI-PJ ratifica inclusão social em 2007

Guilherme Dardanha



Programa atendeu 304 pacientes portadores de sofrimento mental no ano passado

Renata Ferrer

J., de 36 anos, cometeu um crime grave em 1995. Passou seis anos preso. Portador de esquizofrenia, em 2001 foi encaminhado ao Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Durante pouco mais de três anos, recebeu tratamento em um hospital psiquiátrico de Belo Horizonte. Após a internação, mudou-se para uma pensão, onde continuou sendo atendido pelo programa. Em 2007, por não ser mais considerado perigoso, completou a recuperação e foi liberado. Hoje, J. tem um emprego, tem onde morar e tem amigos. A partir do tratamento e do acesso à cidadania, foi possível a reinserção social de um portador de sofrimento mental que poderia ter sido excluído da sociedade.

A história de J. é um exemplo de que, em 2007, o PAI-PJ teve um ano de crescimento e vitórias. Foram atendidas pelo programa 207 pessoas, número acima da média dos últimos anos. Esses pacientes juntaram-se a outros 97, que já recebiam tratamento desde 2006, totalizando 304 portadores de sofrimento mental atendidos pelo TJMG atualmente.

Coordenado pela psicanalista, psicóloga judicial e professora universitária Fernanda Otoni de Barros, o PAI-PJ presta assistência a portadores de doenças mentais que cometeram algum crime. A intervenção junto aos pacientes infratores é determinada por juízes das varas criminais que, auxiliados por equipes do programa, definem qual a melhor medida judicial a ser aplicada. O objetivo é conjugar tratamento, responsabilidade e inserção social. Desde sua implantação, há oito anos, passaram pelo programa mais de 1.100 pacientes.

Confiança e sinceridade

O maior indicativo do sucesso do PAI-PJ é que, na maioria dos casos, os infratores atendidos pelo programa não voltam a cometer crimes. "A reincidência tem ficado em menos de 2%. Mas verificamos que ela ocorre em crimes como furtos ou, às vezes, uso de drogas. No ano de 2007, não tivemos nenhuma reincidência em crimes considerados graves, como os crimes contra a pessoa", comemora a coordenadora do setor jurídico do PAI-PJ, Ana Paula de Carvalho Villela Portella.

De acordo com um dos psicólogos do programa, Fabrício Júnio Rocha Ribeiro, outro exemplo de sucesso está nos 209 pacientes que hoje são atendidos em casa. "São pessoas que, sem o programa, talvez estivessem relegadas à exclusão, mas hoje podem se tratar ao mesmo tempo em que convivem com familiares, trabalham e estudam", diz ele.

São pessoas que, sem o programa, talvez estivessem relegadas à exclusão, mas hoje podem se tratar ao mesmo tempo em que convivem com familiares, trabalham e estudam"

Ampliação em 2008

Se 2007 foi um ano de desenvolvimento, as expectativas para o novo ano são as melhores possíveis. "No ano passado, conseguimos desenvolver e consolidar nossas atividades dentro de nossas limitações. Esperamos, em 2008, conseguir mais profissionais e mais carros para as visitas individuais. Queremos manter a qualidade do nosso trabalho, mas também que o PAI-PJ se amplie e chegue a mais pessoas que precisam do nosso apoio", diz Ana Paula Portella. "Além disso, em 2008 a expectativa é que conseguir estender a metodologia do PAI-PJ para as comarcas-pólo, como Barbacena, Juiz de Fora, Governador Valadares e Teófilo Otoni", planeja a coordenadora jurídica do programa.



Marcelo Albert
A presidente da TV Brasil, Tereza Cruvinel, em palestra no Pensa TJ

Pensa TJ discute televisão pública

Soraia Costa

Ao contrário de muitos países europeus, onde a televisão nasceu pública, no Brasil, ela começou pela iniciativa privada e, ainda hoje, a maioria de seus canais são geridos por empresários.

Alguns canais de televisão são considerados públicos porque estão ligados a fundações estaduais, como a TV Cultura de São Paulo e a TV Minas, ou a fundações federais, como a TVE Brasil (Fundação Roquete Pinto), a TVE do Maranhão e a TV Nacional de Brasília que, desde o dia 2 de dezembro 2007, data de lançamento da TV digital, passaram a compor a TV Brasil, juntamente com a Radiobrás.

Para debater sobre televisão pública, a jornalista política Tereza Cruvinel, presidente da TV Brasil, esteve no programa *Pensa TJ*, do TJMG, no dia 11 de dezembro de 2007. A palestrante falou sobre a construção do sistema público de comunicação que, segundo ela, é um passo importante para a garantia do pluralismo e da expressão da diversidade, pressupostos da democracia.

Ela explicou, ainda, os desafios do projeto da TV Brasil, que já está no ar. O novo canal foi criado para ser uma rede, e as emissoras estaduais poderão aderir à sua programação. A proposta é cumprir o que a Constituição Federal prevê para as emissoras de rádio e televisão: veicular conteúdos educativos, artísticos, culturais e informativos, além de promover a cultura nacional e regional.

Segundo Tereza Cruvinel, a TV Brasil vai revelar a diversidade cultural brasileira e trabalhar a educação, "no sentido de contribuir para o exercício pleno da cidadania".

A TV agora é digital

Reinaldo M. Gomes

Uma nova era tecnológica para a televisão brasileira. Assim pode ser definida a chegada da TV digital aberta ao Brasil. O sistema foi lançado oficialmente no dia 2 de dezembro de 2007 pelo Governo Federal e, em sua etapa inicial, opera somente na capital paulista. A previsão é de que, até julho de 2008, as transmissões comerciais comecem em Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Rio de Janeiro e Salvador. O cronograma do governo estabelece a migração integral do sistema analógico para o digital em todo o território nacional no prazo de 10 anos.

Através da TV digital, o telespectador poderá acompanhar a programação, com alta qualidade de som e imagem, sem fantasmas ou chuveiros e de forma gratuita, de casa, do celular ou do *notebook*, dentro de um ônibus ou de um táxi. Poderá ter acesso a informações de serviços públicos, receber e enviar informações e, ainda, contar com serviços de comércio eletrônico. Para isso, bastará acoplar o aparelho de televisão, mesmo os modelos mais antigos, a uma antena UHF e a um conversor que já está à venda no mercado.

Aqueles que puderem adquirir aparelhos com tela de alta definição assistirão a uma imagem com incrível riqueza de detalhes. Esse tipo de recepção aprimorada está sendo chamada de HD, abreviatura de *High Definition*, em inglês.

Os celulares aptos a receber a nova tecnologia estarão disponíveis neste primeiro semestre de 2008. Para computadores, já existe um conversor com uma miniantena, que é conectado através da porta USB.

O formato da imagem também muda. Ao invés do aspecto "quadrado", adotado pelo sistema analógico, a transmissão digital passa a ser no padrão de cinema, o chamado *widescreen* (tela larga, em português).

Para o superintendente de Comunicação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Alexandre Victor de Carvalho, a implantação da TV digital vai permitir um grande salto tecnológico, oferecendo recursos inovadores, como a interatividade. "Vai incentivar a participação do telespectador como cidadão, e não apenas como consumidor dos serviços de radiodifusão", avalia.

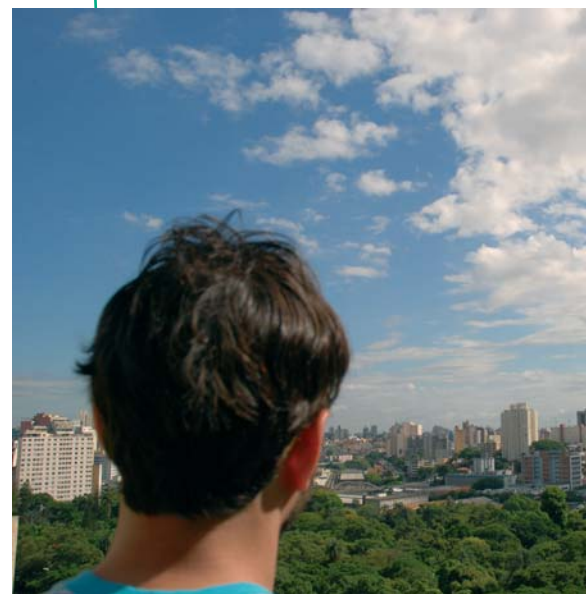
Um ano para realizar SONHOS



As boas coisas da vida costumam estar nos pequenos projetos”

Fotos: Marcelo Albert

De olho no futuro, para buscar equilíbrio espiritual, físico e emocional



Renata Ferrer

Em 2007, a palavra condutora da vida dos servidores novatos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais foi dedicação. Aprovados no disputado concurso, em 2008 eles continuam a sonhar, a ter

esperança e a trabalhar – e muito – para atingir suas metas, profissionais ou pessoais. E exemplos não faltam para que os novatos concretizem seus objetivos: servidores veteranos e magistrados, que passaram por um ano de mudanças no Tribunal, também têm grandes expectativas

pessoal, a formação em Direito poderá abrir portas e novos horizontes no Tribunal, inclusive na própria área de informática. Como dizem, todo conhecimento é válido e bem-vindo”, frisa Alexandre.

E o entusiasmo com as promessas de 2008 não fica só por conta dos novatos. Que o diga o servidor Idalmo Constantino, da Diretoria-Executiva de Administração de Recursos Humanos (Dearhu). Há 33 anos no TJ, completados no dia 16 de dezembro, ele nem pensa em aposentadoria e tem planos para seu 34º ano no Tribunal. “Neste momento de muitas mudanças, sabemos que a missão em 2008 é prestar um atendimento ainda melhor”, e frisa que quer seguir trabalhando e dando ânimo aos colegas. “Os 33 anos, para mim, são como 33 dias. Em todo esse tempo, tive apenas uma falta”, conta, orgulhoso. “Cada dia que saio do trabalho, saio com a certeza de que aprendi algo novo. E o trigésimo quarto ano vai ser assim”.

Guilherme Dardanhan



Alexandre Pires da Silva, novato no TJMG, pretende continuar estudando e prestar vestibular para Direito em 2008

em relação a 2008.

O oficial judiciário Alexandre Paulo Pires da Silva, de 27 anos, sabe o quanto se imaginou iniciando o ano de 2008 como servidor do TJ. Ele vinha conciliando estudo e trabalho desde 2005, quando tentou o concurso da 1ª Instância, mas não foi aprovado. No ano passado, contudo, Alexandre resolveu se dedicar exclusivamente à prova da 2ª Instância. Aprovado para a especialidade assistente técnico de sistemas, ele não pretende parar por aí. “Este ano vou prestar vestibular para Direito. Além do conhecimento para a vida

Pequenos projetos, grandes realizações

As histórias de servidores novatos e antigos do TJMG mostram que força de vontade e entusiasmo levam à consecução de grandes sonhos profissionais. No entanto, servidores e

magistrados sabem também que o esforço deve ser balanceado com realizações na vida pessoal.

Para este ano, a grande expectativa profissional do juiz Márcio Idalmo Santos Miranda, do Juizado Especial Cível da UFMG, é ver o sistema Processo Judicial Digital (Projudi) consolidado e funcionando bem. Mas os projetos pessoais também são muitos: “Este ano, quero cuidar mais da minha saúde. Quero fazer pilates, pretendo caminhar mais e passar mais tempo com as pessoas de quem gosto”. Fã de Literatura e de História, o juiz acrescenta que quer retomar o estudo de francês e ler mais livros. “Nem que só tenha meia hora por dia, gosto sempre de ler um livro interessante”. E, se sobrar tempo, planeja fazer uma viagem para Macchu Picchu ou então para ver as ruínas maias, no México. “As boas coisas da vida costumam estar nos pequenos projetos que temos”, filosofa o magistrado.

A opinião do juiz Márcio Idalmo é endossada pela gerente Jeane Possato, da Gerência de Saúde no Trabalho (Gersat). “O importante é buscar o equilíbrio emocional, físico e espiritual, e cuidar de todos os setores da vida. Dar valor ao trabalho, mas também ao lazer e à família. É preciso manter o foco na meta profissional, mas sem esquecer os outros aspectos da vida, que também devem ter qualidade”, enfatiza. Segundo Jeane, o próprio Tribunal manterá e tentará ampliar a política de apoio à qualidade de vida de servidores e magistrados: “O objetivo é encontrar novas alternativas em parceria com todas as áreas do TJ e promover a integração com as comarcas do interior para que, em 2008, consigamos alcançar meios eficazes para promover um acesso maior dos magistrados e servidores da Justiça de todo o Estado às ações de saúde. A meta é universalizar a qualidade de vida”.

É preciso manter o foco na meta profissional, mas sem esquecer os outros aspectos da vida, que também devem ter qualidade”

Nesse sentido, a Coordenação de Qualidade de Vida no Trabalho (Covit) prevê para este ano a implantação de um programa de reeducação alimentar. “Pretendemos dar dicas de cardápios saudáveis por meio da intranet e trabalharemos de forma mais individualizada com pessoas pertencentes a grupos de risco. Durante todo o ano, vamos continuar com palestras, ações de prevenção odontológica, *workshops* e terapias complementares, como a massoterapia”, conta a coordenadora da Covit, Daniela Hipólito Carvalho. Ela acrescenta que, ainda no primeiro semestre, deve ser realizada licitação para contratar uma empresa para oferecer ginástica laboral em toda a capital. “Além disso, a partir de abril, vamos voltar com o Grupo de Controle da Dependência da Nicotina, trabalhando em grupos e individualmente”, afirma Daniela.

Durante todo o ano, vamos continuar com palestras, ações de prevenção odontológica, *workshops* e terapias complementares, como a massoterapia”, conta a coordenadora da Covit, Daniela Hipólito Carvalho. Ela acrescenta que, ainda no primeiro semestre, deve ser realizada licitação para contratar uma empresa para oferecer ginástica laboral em toda a capital. “Além disso, a partir de abril, vamos voltar com o Grupo de Controle da Dependência da Nicotina, trabalhando em grupos e individualmente”, afirma Daniela.

Viajar é preciso

Se a melhor forma de manter a qualidade de vida é equilibrar os projetos profissionais com os pessoais, o relaxamento e a diversão durante as férias não devem ser deixados de lado. Sabendo disso, o servidor Idalmo Constantino pretende dar continuidade a um projeto a que se dedica há dois anos: “Em cada

período de férias quero ir a um estado do Brasil. Meu sonho é conhecer, no mínimo, todas as capitais do país”. Em janeiro, o servidor já foi com a família ao Rio de Janeiro. No meio do ano, pretende viajar a Fernando de Noronha. Além das viagens, Idalmo tem como objetivo dedicar mais tempo a suas outras paixões, além do TJ: o Clube Labareda, de onde é diretor, e o Clube Atlético Mineiro, do qual é conselheiro benemérito. “Este ano, temos muitas comemorações pelo centenário do Atlético”, conta ele, empolgado.

Mais sorrisos

As expectativas são produto do desejo de um futuro mais feliz. Mesmo que o ano anterior tenha sido de realizações, a chegada de 2008 renova as esperanças e, com elas, os objetivos e sonhos. Para que essas perspectivas se concretizem, é preciso esforço, mas também harmonia entre todos os setores da vida e uma atitude de constante otimismo – que se traduz em um costume simples, mas nem sempre lembrado: o bom humor. Uma forma de se construir um bom ano, do início ao fim, é seguir a fórmula da coordenadora de Qualidade de Vida no Trabalho, Daniela Hipólito: “Trabalhar com afinco, mas sempre cultivando bons relacionamentos no ambiente de trabalho e na vida em geral, mantendo uma atitude positiva. E o principal: é preciso sorrir mais!”

Renata Fener



Rio de Janeiro: cidade visitada em 2008 pelo servidor Idalmo Constantino, que planeja visitar todas as capitais do país

Guilherme Dardanhan



Jeroen Rouwkema

Macchu Picchu: plano de viagem do juiz Márcio Idalmo para este ano

Seminário avalia sistema de gestão do TJMG

Nanci Leite

Para 2008, devemos estabelecer metas que possam ser cumpridas efetivamente. Essa foi a recomendação do presidente Orlando Carvalho na abertura do seminário que reuniu os gestores do TJMG, nos dias 14 e 15 de dezembro. O encontro marcou a conclusão de mais uma etapa do Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD) e integra o processo de avaliação da gestão, prevista no Sistema de Avaliação de Resultados (SAR), regulamentada pela Portaria 1.946/2006.

Em 2007, as ações e projetos desenvolvidos foram apresentados e validados pelos desembargadores em reuniões do Comitê Estratégico, em sessões da Corte e em encontros setoriais. Em diversas ocasiões, o presidente Orlando Carvalho convocou e participou de reuniões, levando pessoalmente a magistrados e servidores as decisões de maior relevância.

Avaliação

Os pontos positivos e as oportunidades de melhoria foram avaliados durante o seminário, que elegeu a agilização da prestação jurisdicional como a grande meta institucional para 2008. A importância da união das equipes para alcançar os resultados e da realização de reuniões periódicas do Comitê Executivo e dos grupos temáticos fez parte da reflexão. Também foi destacada a importância do gerenciamento da 1ª Instância.

Dentre os pontos positivos destacados estão: a nomeação dos concursados; a intenção de profissionalizar a administração do TJMG; o redesenho da 1ª Instância; a aproximação da Direção do Foro de Belo Horizonte; a participação de gestores no 3º Encontro da Corregedoria, que reuniu juizes das comarcas mineiras; o término do contrato 414, que esgotou seu prazo legal em dezembro e não poderia mais ser renovado.

Destaques

Como ressalta Nice Fonseca, da Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag), as conclusões levantadas serão analisadas pelas diretorias

executivas, para que sejam definidas as metas de cada área e a contribuição de cada gestor para os resultados. O compartilhamento das metas pelas diretorias será feito em reunião do Comitê Executivo, em fevereiro.

O papel dos gestores como agentes de comunicação foi reforçado por Dirce Bahiense de Araújo, da Diretoria Executiva de Suporte aos Juizados Especiais (Dijesp). Ela ressalta que, ao conhecer os motivos que originaram a tomada de decisões, o gestor tem condições de compreender e esclarecer melhor sua equipe.

Durante o seminário, foram analisados os dados



Marcelo Albert

Reunião dos gestores avaliou pontos positivos e oportunidades de melhoria

estatísticos e o desempenho das metas de 2007, monitorados pelo Centro de Informações para Gestão Institucional (Ceinfo). As medições acompanharam a evolução do acervo, que cresceu em todo o período. Essa tendência, observada nos últimos 20 anos, é motivada pelo aumento da população e do acesso à Justiça, afirma o gerente do setor, Dilmo de Castro Silva. Em 2008, o monitoramento do acervo identificará os pontos de maior crescimento e definirá medidas corretivas. Contudo, o foco deverá ser o número de decisões e julgamentos, que reflete melhor a evolução e a efetividade da prestação jurisdicional.

Administração de portas abertas

Raul Machado

TJMG Informativo – Como é assumir uma função em que a qualidade de administrador é essencial?

LCJ: É um grande desafio. O juiz, mesmo no interior, não deixa de ser um administrador, pois exerce a Direção do Foro das comarcas. Eu tive a oportunidade de administrar o Juizado Especial das Relações de Consumo, por dois anos, como coordenador, e também foi um desafio muito grande. O Fórum Lafayette é um desafio ainda maior, pois tem uma população flutuante maior que muitas cidades de Minas Gerais.

TJMG Informativo – Que ações a curto, médio e longo prazo vão ser implementadas na sua administração?

LCJ: A curto prazo, a locação de um imóvel para que possamos ganhar mais espaço. A médio e longo prazos, temos a questão do arquivo forense. Pretendemos dar

A regularidade do serviço forense, a celeridade processual e o bom atendimento ao público devem continuar sendo a prioridade”

destinação a inúmeros bens que estão guardados no depósito forense. Também vamos cumprir as demais determinações do corregedor-geral de Justiça, que nos delegou essa função. O objetivo dele é sempre controlar o número de feitos conclusos para despacho, para agilizar a prestação jurisdicional. A regularidade do serviço forense, a celeridade processual e o bom atendimento ao público devem continuar sendo a prioridade.

TJMG Informativo – Como o juiz diretor do Foro pode facilitar o acesso da sociedade à Justiça?

LCJ: Hoje nós temos dois entraves gravíssimos: o número de servidores, que foi reduzido, e o número de processos, que não pára de aumentar. Devemos trabalhar pela implantação do processo digital também na Justiça Comum. Com isso, mais servidores sairão de atividades burocráticas para auxiliar na atividade-fim, melhorando a prestação jurisdicional.

TJMG Informativo – Que mensagem gostaria de deixar para os magistrados e servidores de Belo Horizonte?

LCJ: Que as portas da Direção do Foro estarão sempre abertas para todos. Assim como o juiz André Leite Praça, pretendemos fazer uma administração colegiada, ouvindo as sugestões dos juízes e servidores, porque eles é que enfrentam a grande batalha do dia-a-dia da atividade jurisdicional. Eles devem ter voz ativa em todas as decisões.

O novo diretor do Foro de Belo Horizonte, juiz Luiz Carlos Azevedo Corrêa Júnior, promete administração colegiada, ouvindo sugestões de juízes e servidores

Túlio Travaglia



Mudanças na Central de Atendimento



Patrícia Melillo

A Central de Atendimento, coordenada por Gabriel Paixão (à direita), presta informações a um universo de quase 20 mil pessoas

Maria Cláudia Barreto

A Central de Atendimento e Informações (Cenat) implantou, em dezembro, uma nova sistemática de prestação de serviços. Agora, para solicitar informações, o servidor deverá enviar *e-mail* agendando um contato telefônico. A meta é que, a partir de fevereiro, o servidor seja contactado por um atendente da Central no prazo médio de dois dias úteis após o recebimento da mensagem. O servidor também poderá optar por ser atendido pessoalmente ou, em caso de urgência, por telefone (ver quadro).

Para solicitar o atendimento, basta enviar *e-mail* para o endereço centraldoservidor@tjmg.gov.br, intitulado "agendamento de contato por telefone". O interessado deverá informar seu nome, matrícula, horário de trabalho, telefone para contato (o do setor de lotação ou outro, mediante justificativa) e o assunto a ser tratado, resumidamente. Não é necessário ter um *e-mail* do Tribunal para solicitar o serviço – os interessados poderão enviar a mensagem de seus *e-mails* pessoais, em qualquer dia e horário.

A Central presta informações a quase 20 mil pessoas – servidores da 1ª e da 2ª Instâncias, da capital e do interior, aposentados, pensionistas e exonerados. São atendimentos referentes à vida funcional – carreira, benefícios, pagamento, freqüência, entre outros assuntos.

De 2004, quando entrou em operação, até meados do ano passado, a Central atendia aos servidores, preferencialmente, por telefone. Em 2007, foram feitos, em média, 600 atendimentos diários, tendo sido registrado o ápice de mil atendimentos num único dia, no mês de março. A partir do segundo semestre de 2007, o atendimento direto foi se tornando inviável. Com os ramais da Central congestionados, a solução foi pedir aos interessados que enviassem *e-mails*.

Migração

A demanda crescente de informações e o período de transição no quadro de pessoal do TJMG são os principais fatores que levaram à adoção desse procedimento. Cerca de 70% dos funcionários da Central eram terceirizados e foram dispensados

em 30 de novembro. O setor perdeu 15 funcionários terceirizados, alguns deles de horário integral, e ganhou 12 – sete novos servidores concursados, que foram treinados para atender ao público, e cinco terceirizados (dois digitadores, uma recepcionista e uma telefonista).

Houve, portanto, redução de pessoal e de carga horária trabalhada. "Um levantamento demonstrou que a Central precisava de 19 novos servidores efetivos, mas, por dificuldades

orçamentárias, chegou-se ao número de sete. Nossa expectativa é que, em 2008, sejam providas as outras 12 vagas. Assim, poderemos prestar um atendimento mais rápido e diferenciado aos servidores", explica o coordenador da Central, Gabriel Teófilo Paixão.

Ele acrescenta que, com o treinamento dos novos

servidores, o preenchimento de vagas e a mudança no sistema de telefonia do Anexo I, prevista para este ano, a perspectiva de aperfeiçoamento do atendimento é a melhor possível. "O que houve foram dificuldades decorrentes de todos esses problemas que enfrentamos, mas é preciso que o servidor saiba que estamos trabalhando muito para oferecer a ele uma Central de excelência, onde ele possa obter as informações de que necessita, sem estresse", conclui Gabriel.

É preciso que o servidor saiba que estamos trabalhando muito para oferecer a ele uma Central de excelência, onde ele possa obter as informações de que necessita, sem estresse"

Como fica o atendimento

Subordinada à Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos (Dearhu), a Central passa a oferecer três opções de atendimento ao servidor:

- **Agendamento de contato telefônico:** o interessado envia *e-mail* e será contactado por um atendente da Central, por telefone, em média, dois dias úteis após o recebimento da mensagem (se preferir, o servidor também poderá receber a resposta por *e-mail*);

- **Atendimento direto, pelo telefone 3237-6184:** apenas para urgências e para servidores que não tiverem condições de enviar *e-mail*;

- **Pessoalmente:** os interessados continuarão sendo atendidos na sala da Central, no 8º andar do Anexo I (rua Goiás, 229).

Atos de Comunicação: curso rompe distâncias geográficas



O diretor de Desenvolvimento de Pessoas, Leonardo Lúcio Machado, tem grandes e positivas expectativas em relação ao curso.

Guilherme Dardhanan

Elenice Rodrigues

Entre os meses de fevereiro e abril, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) promoverá o curso a distância Atos de Comunicação para Oficiais de Justiça, com carga horária de 30 horas. Serão oferecidas 100 vagas a servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) lotados na 1ª Instância. Este é o primeiro curso a distância elaborado exclusivamente pela Ejef, por meio da Gerência de Formação Permanente (Gefop), da Coordenação de Formação Permanente do Interior (Cofint) e da Central de Tecnologia para Educação e Informação (Cetec).

O 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Antônio Hélio Silva, considera que o curso chega em boa hora, em razão do recente ingresso de novos servidores da 1ª e da 2ª Instâncias e também da vivência de um tempo de implementação da tecnologia no TJMG, através das videoconferências e do Processo Judicial Eletrônico (Projudi).

Benefícios

Para o diretor de Desenvolvimento de Pessoas, Leonardo Lúcio Machado, o curso

A educação a distância é um valioso instrumento de disseminação, construção e compartilhamento de conhecimentos, democratizando o acesso às ações de Formação

é um marco na história da formação institucional do Tribunal, pois foi todo concebido e construído internamente, utilizando recursos eletrônicos modernos e de qualidade, especialmente a nova página da Ejef. "A educação a distância é um valioso instrumento de disseminação, construção e compartilhamento de conhecimentos e possibilita maior participação do público-alvo, democratizando o acesso às ações de formação, ao romper com as dificuldades decorrentes das distâncias geográficas", destacou.

O curso irá abordar a materialização no cumprimento dos atos de comunicação executados pelo oficial de justiça via mandados, seja de forma escrita ou verbal. Ao superar as distâncias, o treinamento permitirá a troca de experiências entre os

participantes. Despertar a vontade de aperfeiçoamento da prática dos oficiais de justiça também é um dos objetivos do curso.

Proposta pedagógica

Sob a supervisão dos oficiais de justiça da comarca de Belo Horizonte, Izabel Alves de Macedo Girardelli e Juarez Antônio da Silva, o curso tem uma proposta pedagógica que utiliza recursos técnicos próprios da educação a distância, tais como DVDs, videoconferências, internet e suporte técnico pedagógico por meio de tutores. "Os tutores acompanharão freqüentemente o desenvolvimento dos participantes, por meio de exercícios", explica a gerente de Formação Permanente, Madalena Garcia.

O conteúdo do curso foi elaborado de acordo com as dúvidas apresentadas pelos oficiais de justiça ao Serviço de Apoio aos Oficiais. "Nossa expectativa é desenvolver nos oficiais a capacidade de detectar os incidentes, tanto ao receber o mandado quanto no ato da diligência, e resolvê-los com tranquilidade", disse Izabel.

Os servidores que obtiverem no mínimo 70% na avaliação final do curso receberão certificado.



Divulgação

Anita Ekberg interpreta a estrela de cinema Sylvia em *A doce vida*

Rachel Barreto

Estrelas de cinema perseguidas por paparazzi e repórteres sensacionalistas, uma sensação de frivolidade e alienação no culto às celebridades. Poderíamos estar nos referindo às páginas da imprensa atual, mas é o que mostra *A doce vida*, do diretor italiano Federico Fellini, em seu painel da sociedade italiana na década de 60. Apesar de ter quase meio século, o filme continua atual, mostrando questões que hoje, talvez, estejam encontrando seu ponto mais alto (ou seria baixo?).

O filme mostra atuações e cenas que entraram para a história do cinema. Marcello Mastroianni é o repórter Marcello Rubini, perdido entre a cobertura do mundo dos ricos famosos e o desejo de se tornar um escritor "sério". Com Anita Ekberg, que interpreta a estrela de cinema Sylvia, habita o imaginário de cinéfilos de todo o mundo na

célebre cena em que se banham na Fontana di Trevi.

A doce vida conquistou diversos prêmios, dentre os quais se destacam a Palma de Ouro, no Festival de Cannes, e o Oscar de melhor figurino, uma das quatro categorias a que concorria, além de melhor diretor, direção de arte e roteiro original.

Clássicos

Com comentários do desembargador Sérgio Braga, o *Cineclube TJ* continua, em 2008, com o objetivo de privilegiar os clássicos do cinema em suas exposições. Ao longo de sua trajetória, já foram diversas as obras primas apresentadas, como *Roma, cidade aberta*, de Roberto Rossellini, *O encouraçado Potemkin*, de

Cineclube TJ recomeça com filme de Fellini

Sergei Eisenstein, *Rashomon*, de Akira Kurosawa, e *Laranja Mecânica*, de Stanley Kubrick.

A programação mostra o maior trunfo dos clássicos: obras marcantes que conseguiram manter seu frescor e relevância, mesmo com o passar do tempo, e não se tornaram apenas exemplos do passado, ultrapassados e, possivelmente, esquecidos.

A Doce Vida

Dia 28 de fevereiro de 2008, às 19h.

Auditório do Anexo II – R. Goiás, 253, Centro, Belo Horizonte.

Entrada franca.

CLICK DO LEITOR

A Califórnia é conhecida pelas praias cheias de surfistas e pelo clima ensolarado. Mas o estado norte-americano oferece surpresas que vão além das ondas. Ao lado de areia e mar, tem desertos, lagos, montanhas e neve. O melhor exemplo de que vale a pena ir à Califórnia e passar longe da praia é o Yosemite National Park. Lá, tudo é superlativo: árvores, cachoeiras, sol, ursos - cada elemento da natureza ajuda a compor um cenário grandioso. No verão, é possível mergulhar nos rios, pedalar pelas ruas do parque, dentro de bosques, ao lado de corredeiras. No fim do inverno, os fascinantes paredões de granito ficam cobertos de neve, contrastando com o verde das árvores e com flores que começam a colorir a paisagem. Junto com os turistas, passeiam esquilos, cervos e, mais de longe, ursos - não à toa, o parque inspirou o desenho do Zé Colméia. Imperdível!

Renata Ferrer - Ascom

Renata Ferrer



Impresso
Especial

7312594204 - DR/MG

TJMG
CORREIOS

IMPRESSO